

**vida
mundial**

N. 1849 20/2/1975

CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 — FRANÇA 4 fr. — CANADÁ 85 cts.
POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 — MOÇAMBIQUE 20\$00

**CRISE
NA
CONSTRUÇÃO
CIVIL**

CASO DELGADO: JOGO ESCONDIDO?

PP.VM



"A NOSSA DESERÇÃO FOI UM ACTO ANTICOLONIALISTA"

DESETORES E REFRACTÁRIOS: A DESCOLONIZAÇÃO INTERNA EM QUESTÃO

Já nos referimos nas páginas da "V.M." ao que se chama o problema dos desertores e refractários em geral. Publicamos hoje o relato de um encontro com desertores e refractários que prova que o problema referido sob a designação genérica citada se põe sobretudo a certos indivíduos de entre o conjunto dos que são formalmente refractários ou desertores. É como, à semelhança do que acontece com a Igualdade das democracias parlamentares ou populares, em que todos são iguais mas uns mais "iguais" que outros, é como se de entre os desertores e refractários uns fossem mais do que outros tais, por isso sendo mais prejudicados — proporcionalmente, como a lógica comanda. Pelos depoimentos a seguir reproduzidos, vemos que os formalmente desertores e refractários do Exército e da guerra colonial que, no entanto, se arremeteram posteriormente na vida civil, reparando assim a falta cometida, não sofrem das mesmas condições daqueles que acima referimos como "mais desertores e refractários" que os outros.

Júlio Henriques — Aquilo que gostaríamos de ver discutido publicamente e com a nossa participação, uma vez que somos os principais interessados, era a situação dos desertores e refractários depois do 25 de Abril. Aliás, mais propriamente, deverá dizer-se a situação dos desertores e refractários proletarizados — no sentido amplo —, sem meios de sobreviver sem trabalho, que, por força disso mesmo, são na prática impedidos de estabelecer a sua estadia no País. É que, por outro lado, existe uma ausência de repressão policial, de busca, de perseguição, que, precisamente, permite ao desertor com outros meios económicos ou políticos estar no País embora numa situação ambígua do ponto de vista legal.

Carvalho — Posso acrescentar algumas precisões a isso. Há cerca de 40 a 50 mil desertores e refractários que entraram no País depois do 25 de Abril e que nem todos, ao contrário do que nós fizemos, se apresentaram às autoridades competentes. E

a tolerância para com estas pequenas irregularidades da nossa situação é absoluta. Quando vamos ao Estado-Maior chegam a perguntar-nos: "Porque é que vocês se apresentaram?" Tenta-se apenas tornar-nos o País inabitável do ponto de vista económico. Por outro lado, casos de deserção sobejamente conhecidos senão publicitados surgem abertamente, sem qualquer incómodo entre os quadros partidários, artistas, altos funcionários do aparelho de Estado.

Carlos — A questão hoje não é já a dos desertores e refractários apenas e enquanto tais. É a questão dos desertores que se não integraram, por via partidária ou afim, no chamado "processo democrático", a nível institucional. É o problema também dos que não são apenas desertores do Exército, mas que teimam em não se arremeterem de acordo com a ordem dominante.

Diogo — Um exemplo elucidativo e que permite ligar o problema dos desertores, com o da efectividade e aprofundamento da

descolonização: há pouco tempo, soube que havia vagas para lugares de escriturários no Hospital Júlio de Matos. Fui lá para ser informado de que para aqueles lugares — como para outros, como se sabe — eram cativos para a prioridade da sua atribuição a ex-colonos de África que a descolonização fez andar de África para fora...

Rui Calapêz — Somos um dos grupos sociais excluídos pela ordem dominante. Nós, os cabo-verdianos — os colonos, não.

Júlio Henriques — Convém ficar aqui dito que, para além de tudo o mais, não temos tido quaisquer condições de expressão pública. De um modo geral, as portas da Imprensa estão-nos fechadas. A primeira carta que escrevemos ao Estado-Maior das F.A. foi mandada a mais de 30 jornais e só um a publicou (um jornal de pequena tiragem, não enfeudado partidariamente). Outros documentos posteriores, além de terem sido divulgados por esse jornal — "Combate" — foram-no também pela "V.M." e por mais ninguém.

SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO INTERNA

"V.M." — Um de vocês falou há pouco das relações entre a resolução dos problemas dos desertores anticolonialistas e a descolonização interna. Que é que se deve entender, em profundidade, por esse termo e em que medida é que a irresolução da situação da malta se relaciona com isso?

Diogo — A nossa deserção pode não ter sido em todos os casos, ou mesmo na maioria deles, um acto deliberadamente antimilitarista. Mas foi um acto anticolonialista cujo reconhecimento é agora negado quando pretendem obrigar-nos a fazer a tropa como se simplesmente nada, connosco, se tivesse passado. É por isso que convém reafirmar que estamos dispostos ao debate público para podermos demonstrar que não somos oportunistas nem queremos ser privilegiados.

Carvalho — A dificuldade que os partidos têm, não em apoiar os nossos apelos, mas em pura e simplesmente discutir o problema da deserção reside em que esse problema os põe em causa directamente. Nós somos parte de uma espécie de partido dos sem partido, dos anti-partidos, que é vital para eles esconder e silenciar.

Rui Calapéz — Há também os que nos acusam por sermos desertores, tendo abandonado o País e desinserido do processo de luta de classes em Portugal. Mas as reacções perante os chamados emigrantes é diferente. A eles não os acusam de terem ido para o estrangeiro, recusando a miséria, desinserindo-se do processo de luta social. Talvez porque eles mandavam, para cá, no conjunto, milhões de divisas e nós nunca demos dividendo nenhum e éramos bem menos lucrativos.

Carvalho — Entretanto há quem continue a ser condecorado, como esteve à vista no 31 de Janeiro, por causa do número de negros que matou. O Exército português

recusa-se a fazer a descolonização interna. Existe no seio do Exército e da população em geral um traumatismo perante o problema da guerra colonial. Fez-se a descolonização ao nível da superestrutura política. Mas o reconhecimento de que a nossa deserção foi um acto anticolonialista permanece insuportável. Por isso, é mais fácil ao Governo actual ou a outro semelhante fazer um dia destes um estatuto de objector de consciência ou uma lei militar que nos dispense da tropa para além de um certo limite de idade do que reconhecer a legitimidade da deserção.

Júlio Henriques — Eu ia dizer isso mesmo. É curioso que apesar de um anticolonialismo oficial ninguém se identifica com o nosso anticolonialismo.

Carvalho — O desertor é o antilusitano, o antimacho, o anticomando teso que matou não sei quantos por lá. Por isso, estamos para aqui atirados, numa condição de desertores que é uma barreira para outras lutas mais amplas e comuns...

Júlio Henriques — Estamos sempre em planos e projectos precários, na iminência de ter de novo de andar daqui para fora, ou para arranjar trabalho ou para evitar a incorporação forçada depois de um sempre possível endurecimento eventual das autoridades. Não temos dia seguinte em Portugal. Nós, empenhados em lutar contra a sociedade de classes, o salariado, o Estado, vemo-nos reduzidos a uma participação política extremamente limitada, num momento em que ela é premente por todos os lados.

Carvalho — Estou-me a lembrar de outro facto curioso para caracterizar as dificuldades e contradições da posição oficial sobre o nosso caso. O próprio boletim do M.F.A. focava há pouco tempo a existência dos cento e tal mil desertores do Exército português como expressão dos sentimentos anticolonialistas da juventude. Mas o M.F.A. ainda não se lembrou de revogar a lei spinolista segundo a qual somos

criminosos e excluídos da cidadania democrática comum. É por isso que penso que a discussão pública, antes e depois da resolução prática do nosso problema, seria uma contribuição indispensável para efectivar, ao nível das mentalidades, dos hábitos de pensamento, dos preconceitos implícitos, aquilo a que chamo a descolonização interna. Convém também focar que há novos desertores depois do 25 de Abril, como é o caso dos refractários à guerra colonial que se apresentaram na esperança de ser recebidos, como seria esperável pela nova ordem de coisas, no "país mais livre do mundo", e a quem foi marcada a data da próxima incorporação do mesmo acto. Esperamos concretizar a ideia de convocar um grande debate público, aberto a todos os partidos, movimentos de opinião, comissões de trabalhadores, desempregados, etc, e representantes de toda a imprensa. Não sabemos ainda em que data o tentaremos fazer, mas esperamos podê-la anunciar em breve. Entretanto agradeço que fique na reprodução escrita deste encontro que todos os que estão na nossa situação e queiram juntar-se a nós, para a resolver e debater as formas de acção mais adequadas, podem entrar em contacto connosco para o Apartado n. 20 — Paço de Arcos.

DESERTORES DA ORDEM ESTABELECIDA?

"V.M." — Nem aqui nem nas cartas subscritas por alguns aqui presentes ao Estado-Maior das F.A., vocês põem o problema do Exército enquanto tal, o problema do antimilitarismo. De qualquer modo, esse problema estava implícito não apenas na carta de um de vocês, publicada pela "V.M." (sem assinatura), como em parte substancial desta discussão...

Carvalho — É que, de facto, embora tudo isto remeta para esses problemas, esse não é o que nos levou a escrever uma série de cartas abertas às autoridades. E esse problema põe-se não só a quem seja antimilitarista, mas a todos os que desertaram do Exército, não por ele ser um exército regular, mas porque era um exército colonial de agressão e extermínio. A questão levantada pela nossa existência fica pois além e aquém do problema do antimilitarismo enquanto tal, e é a esse nível que, dada a especificidade da nossa situação, e o facto de ela ser comum a muita gente, pomos os problemas que pomos. Eu, pessoalmente, não desertei por, na ocasião, ser antimilitarista. Desertei por anticolonialismo e é isso que quero que me seja reconhecido.

Carlos — De facto, é assim, mas não vejo inconveniente em arriscarmos pessoalmente e marginalmente à questão que tu puseste algumas observações. Cada um fala por si e diferentemente dos outros. Não há



CONGRESSO DOS COMBATENTES (DA GUERRA COLONIAL): "O DESERTOR É O ANTILUSITANO, O ANTIMACHO, A ANTICOMANDO..."

inconveniente em se registar uma pluralidade de vozes neste encontro. Por isso, posso dizer que li há pouco um "tract" que dizia mais ou menos isto: "quando desertámos, éramos desertores do exército colonialista, hoje somos desertores da ordem estabelecida". Ora, a experiência que muitos de nós tivemos em França, na Suécia ou na Holanda tem que ver com esta deserção alargada. Desertámos há alguns anos e não podemos retomar agora as coisas no ponto em que então as deixámos. Estes anos não foram um vazio e não foram perdidos. Por outro lado, gostava de pôr o problema da deserção em geral e da nossa deserção anticolonialista em particular, em termos diferentes e, de certo modo, complementares. Com efeito, uma sociedade pluralista, com um mínimo de civilidade, tem de tolerar não apenas uma pluralidade de discursos retóricos, mas uma diversidade de práticas efectivas, sem o que continuará a ser uma sociedade totalitária. Ora, a recusa de fazer a tropa e o reconhecimento dessa recusa está precisamente entre essas práticas possíveis sem as quais não há pluralidade mas totalitarismo.

Carvalho — Eu não quero fazer a tropa porque de certo modo já a fiz, exilando-me para não fazer a guerra colonial. De resto, considero que o serviço militar forçado existirá enquanto existir o salariado. Por isso, não dou prioridade à luta antimilitarista. É contra a sociedade de classes, globalmente, que procuro lutar. Neste particular, em favor da minha condição de desertor, uso a própria lógica da ordem estabelecida e as suas contradições.

Rui Calapêz — Eu não vejo as coisas bem assim. Podemos acusar, por exemplo, as prisões, o exército, o hospital psiquiátrico, os asilos, como partes da sociedade capitalista e seus reflexos e toda a gente fica muito contente, porque a culpa é da sociedade de classes e nada há a fazer enquanto esta não for derrubada. Ou então atacamos localmente essas manifestações (é as outras da sociedade de classes). Isto é, atacamo-la no ponto em que nos encontramos e o contentamento geral é muito menor...

Carlos — Por exemplo, pode haver um indivíduo de 40 anos antimilitarista que não tem, porém, no centro da sua vida social, o problema militar. Mas nós é esse mesmo problema que temos pela frente e parece-me que é forçosamente uma luta antimilitarista que temos de travar.

COORDENAÇÃO
MIGUEL SERRAS PEREIRA

PROGRAMA E ESTATUTOS

MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO
PORTUGUÊS



A característica dominante do programa que o Movimento Democrático Português apresenta ao povo é a de ser o programa da vitória antifascista e da abertura das largas vias unitárias e populares que, no quadro do combate antimonopolista, conduzem à criação e desenvolvimento do Estado amplamente democrático. É este o terreno do M.D.P.-C.D.E. É este o seu papel histórico.

PREÇO: 20\$00

 distribuidora **O SECULO**
Rua de "O SECULO", 41 e 63 LISBOA-2